



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO.

EMPRESA R F OBRAS EPP, nome fantasia: **R F OBRAS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.140.301/0001-30, inscrição estadual: isento, com sede na Rua Getúlio Vargas, 166 – parte 133, representada neste ato por seu representante social, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar: **em face do Edital de Pregão Eletrônico – Processo Administrativo nº 686/2024** pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS** com participação **AMPLA**, na modalidade **PREGÃO**, na **forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **GLOBAL POR LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, com aplicação subsidiária, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal nº 11.462/ 2023.

Objeto:

LOCAÇÃO DE TRATORES COM OPERADOR E IMPLEMENTOS PARA MECANIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

1. DO CABIMENTO

A empresa, ora licitante, apresenta a presente recurso tempestivamente, em razão da não conformidade nas etapas de lance, pois os intervalos de lances não formam reiniciados após cada lance, impossibilitando o tempo hábil para inseri o desconto.

Outro fator ocorrido, foi a abertura do modo de disputa fechado de todos os lotes simultâneos, tornado impossível a realização dos cálculos de desconto dos itens de cada lote.

No lote 1 e 2, a empresa encontrava em primeiro lugar, quando de repente o sistema finalizou e quando retornou, estávamos em quinto lugar, não havendo a possibilidade de inseri mais lances.

Disposto ao ocorrido, a empresa solicita ao senhor pregoeiro o levantamento de passível erro ou inconsistência do sistema, que impossibilitou a legítima concorrência do certame.

No modo de disputa aberto

Modo de disputa aberto Art. 32. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

Como visto, o modelo de disputa aberto e fechado adotado pelo setor público, rege uma sequência a ser adotada, levando aos princípios básicos do:

“Princípio da Competitividade: *Tem como objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública. Serve para que a administração pública consiga alcançar o melhor contrato através da promoção e ampliação do acesso ao processo licitatório.*

Princípio da Legalidade: *É a regra básica quanto ao direito público, segundo a qual o exercício do poder pelos órgãos do Estado deve ser absolutamente de acordo com o direito. Todos procedimentos estão dependentes ao comando da lei e às exigências do bem comum.*

Princípio da Igualdade: *Helly Lopes remete a esse princípio “um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais.”*

2. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, com base nos fatos e fundamentos expostos, vem mui respeitosamente perante o nobre pregoeiro(a), requerer o que segue:(a) Seja conhecido e deferido o pedido de reabertura do pregão;

Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal. Nestes termos, Pede e espera total deferimento. Rio de Janeiro, 14 de junho de 2024.